



“Para recordar é preciso esquecer.”
Mauriche Blanchot (1907-2003)

Seac Pai Van, urbanismo sumário (II)*

Mário Duque*

Um plano habitacional de iniciativa pública não deve ser alheio um sentido politicamente correcto e que habitação pública não seja confundível com habitação para grupos de risco social.

Neste caso, habitação pública significa habitação cujo promotor é a administração da RAEM e o seu alcance é resguardar os residentes da RAEM das assimetrias e das circunstâncias especulativas do mercado imobiliário.

Por isso, os padrões por se deve pautar esse plano habitacional só poderão ser equiparados ao desenvolvimento da RAEM, e aos padrões que possivelmente esses residentes teriam acesso, caso essas assimetrias não se tivessem entretanto instalado.

Ou seja, trata-se de colmatar um custo social associado ao desenvolvimento, todavia numa modalidade de liberdade de opções que só os promotores públicos beneficiam porque não estão obrigados a gerar outros dividendos, nem têm outros fins em vista. Assim, não é absolutamente necessário vincar que o plano obedece à legislação vigente, se outra coisa não seria de esperar. Mas mesmo que necessidade houvesse de outra medida, seria neste caso conduzida por quem tem a capacidade de avaliar e de implementar as medidas mais adequadas na persecução do interesse público e dos objetivos a que se propõe.

A preocupação em vincar obediência regulamentar antes retracta a índole meramente burocrática deste plano, a predisposição para ficar muito aquém do que já é possível contemplar em 2009 na RAEM e o desinteresse da iniciativa pública em expressar qualquer marca estética e plástica de valor na paisagem urbana da RAEM, para que não se confunda com outras iniciativas abaixo dessa expectativa.

Muito menos ocorre ser politicamente correcto chamarem-se “sumárias” às apresentações que se fazem do desenvolvimento urbano da RAEM na medida em que o termo “sumário”, enquanto adjectivo, poderá significar “resumido” ou “breve” mas também “feito sem formalidade”, “rápido” e “decisivo”.

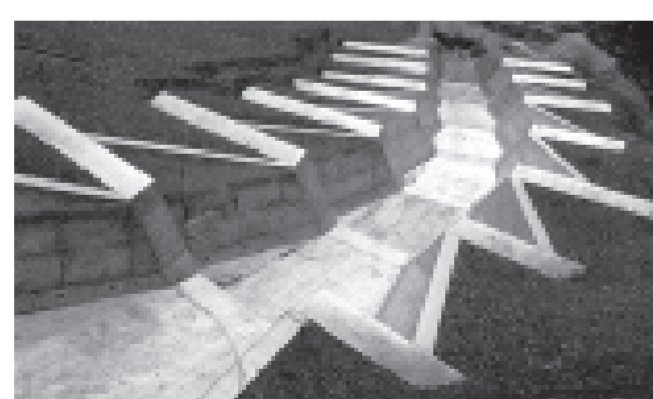
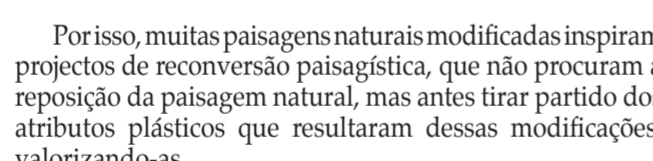
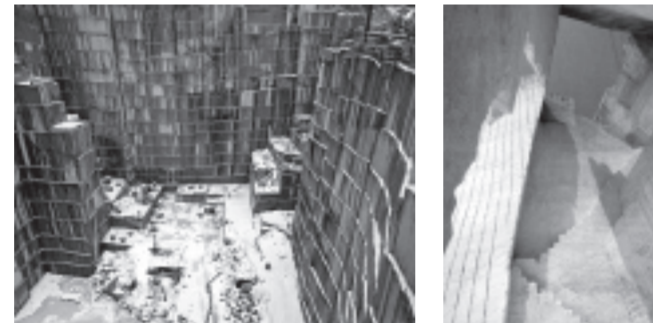
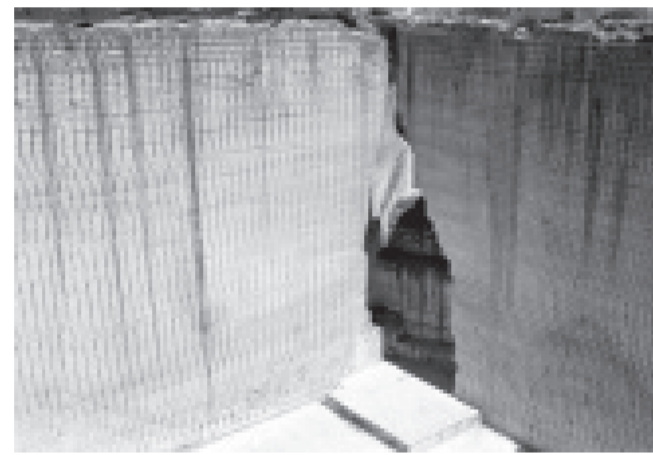
Os julgamentos que também se fazem na modalidade de “sumários” são aqueles que se processam sem direito a plena defesa, onde as sentenças são muitas vezes baseadas em informação obtida por “delação premiada”, ou seja, um incentivo à traição. Quando as decisões se pautam por razões e instrumentos que não sendo os melhores, sequer são os por que se pautam as disciplinas da arquitectura e do urbanismo, isso são traições que nos fazem porque é nossa expectativa rodearmos-nos de um ambiente urbano, não apenas ecologicamente equilibrado, mas também estimulante em termos estéticos e plásticos.

O que é proposto para Seac Pai Van e uma entediada uniformidade repetitiva do mesmo modelo de edifício que proliferou em Macau e nas regiões vizinhas e que se ergue, sem outra exigência, em qualquer terreno plano e neutro. É o mesmo modelo que obriga a demolir relevos naturais, sempre que o solo não é plano, e que forçosamente se utiliza por incapacidade de desenvolver outros desenhos de edifícios, com mais vocação para serem implantados em relevos naturais.

Neste caso, a opção por este modelo foi facilitada porque em Seac Pai Van o relevo natural já tinha sido destruído durante a extracção geológica na pedreira. Mas também sobre isso importa conhecer que essas paisagens, onde ocorreram explorações geológicas, são contempladas com consciência

bio-ambiental e paisagística. Aterros sanitários, docas desactivadas e pedreiras são situações que são alvo de atenção no sentido da sua reconversão paisagística.

No caso particular das pedreiras convergem avaliações por vezes aparentemente divergentes. Se por um lado constituem grandes feridas na paisagem, por outro lado podem revelar paisagens artificiais impressionantes, de grande qualidade plástica.



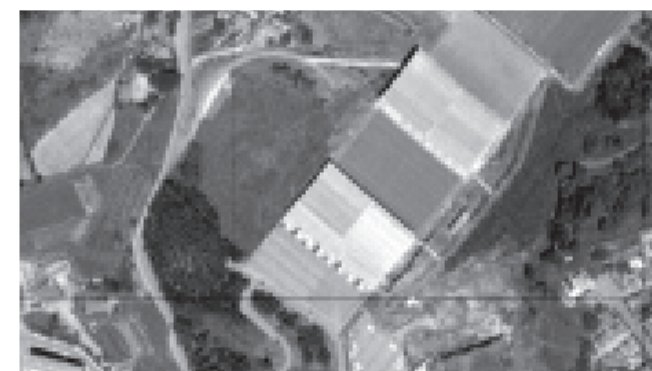
O plano que nos é dado a conhecer para Seac Pai Van não recupera a paisagem natural da pedreira, nem dela tira partido. Sequer se compreende como foi possível os sinais expressivos deste relevo inspirarem tal plano.



Quando em outros lugares, os sinais expressivos dessas paisagens inspiram antes exemplos como os da pedreira de Song Jiang ou do Estádio Municipal de Braga.



Reconversão de uma pedreira em Song Jiang perto de Xanghai



A reconversão de uma pedreira em Braga, que inspirou o desenho do arquitecto Eduardo Souto Moura para o estádio de Braga.

Promover um plano para Seac Pai Van com as características dadas a conhecer na sexta-feira passada, face ao que já é possível contemplar em 2009 na RAEM e no mundo, é uma oportunidade perdida e por isso uma traição, afastando a possibilidade de munir a RAEM de soluções qualificadas que lhe permita ser também contemplada na sua paisagem urbana contemporânea, da mesma forma que é contemplada por via do seu património histórico. É não admitir, nem permitir que se pense de outra maneira.

E que isso é cada vez mais urgente na RAEM, mesmo que para tanto seja necessário começar do princípio. Uma visita à página dos vídeos do Fotógrafo Canadano Edward Burtynsky <http://www.edwardburtynsky.com/> (nomeadamente a conferência em Ideas Worth Spreading) poderia ser um bom começo.

* Última parte de duas. A primeira foi publicada na edição da passada terça-feira

* Arquitecto



Mário Crespo
In Jornal de Notícias

Nestas eleições, até aqui, tudo se está a passar como se PS e PSD tivessem feito um pacto formal de não trazer à discussão pública questões do carácter de quem nos governa, tem governado e quer governar. É um contrato simples: se o PS não falar do BPN, o PSD não fala do Freeport. Se o PSD não falar de Lopes da Mota, o PS não fala

de António Preto. Num país onde a justiça é o mais desacreditado e ineficaz sector do Estado, Manuela Ferreira Leite escuda-se num suposto código de valores judiciais que a obriga a não falar de casos em investigação ou entregues aos tribunais. Esta matriz inflexível de conduta, repetida como uma litania contra o quebranto, tem tido o efeito de escamotear do debate público os mais graves episódios da história da democracia em Portugal. Com esta atitude pactuante, Manuela Ferreira Leite passou ela a ser, também, parte da “asfixia democrática” que diagnosticou no regime de Sócrates. Uma asfixia que está a conseguir sufocar em poucos dias o gritante acto de censura socialista na TVI, porque é impossível falar de Manuela Moura Guedes e do seu defunto Jornal Nacional sem falar de Freeport e de Sócrates. Isso faria despoletar imediatamente uma série infindável de represálias socialistas que começariam no indiciado António Preto e acabariam no arguido Dias Loureiro com todas as histórias mal contadas sobre a Sociedade Lusa de Negócios e os financiamentos partidários. Provavelmente o PSD de Manuela Ferreira Leite encontra justificação para este pacto de silêncios no insuportável taticismo articulado por Paulo Rangel quando disse que a ética e a política eram compartimentos estanques na vida pública. Tudo somado, no actual PSD, encontra-se uma estranha e perturbante continuidade entre a tese da necessidade de suspensão temporária da democracia que Manuela Ferreira Leite articulou (lapsus liguae ou ameaça?) e a busca

O grande silêncio

As duas grandes superfícies políticas parecem ter um Estado-Maior conjunto cuja missão é convencer os portugueses da inevitabilidade fatal de eleger um deles.

de justificações para o comportamento presente na doutrina de Nicolau Maquiavel que Rangel claramente fez na Universidade do PSD. É altura de formular a eterna questão: - Será sensato comprar um carro em segunda mão a esta gente? Por outras palavras: - É este partido a alternativa? Só poder haver uma resposta lúcida. - Nem mais nem menos do que a gente do Freeport e da TVI. Tudo se está a passar como se as duas grandes superfícies políticas tivessem um Estado-Maior conjunto cuja missão fosse convencer os portugueses da inevitabilidade fatal de eleger um deles. E não tem que ser necessariamente assim. Há ética para além do que Maquiavel diz,

